

Cabral admite acatar emenda presidencialista

Aureliano vê ação contra o Presidente

Se em 1961 a instituição do parlamentarismo foi um ato de restrição política, e não de convicção, de responsabilidade dos militares, que queriam limitar os poderes de João Goulart, a tentativa de reintroduzi-lo agora é também um movimento restritivo, sem muita convicção, liderado por parlamentares cujo objetivo central é sobretudo reduzir os poderes políticos do presidente Sarney.

A opinião é do ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, que, além de sublinhar sua condição de presidencialista histórico, manifesta-se contra qualquer tipo de plebiscito, por entender que a essência ao regime democrático é a representatividade: "Foi através de um plebiscito que Hitler anexou a Áustria e Alemanha".

O ministro Aureliano Chaves recusa-se a falar da sucessão do presidente Sarney e de sua eventual candidatura, alegando que o momento é de discutir, na Constituinte, "quais as regras que vão informar a vida democrática do País".

"Neste momento em que estamos discutindo essas regras — diz. Seria insensato cuidar da sucessão do presidente Sarney. Além do mais, não se deve esquecer a carta do monge D. Jerônimo Osório a Dom Sebastião, desaconselhando o rei de Portugal a empreender a trágica campanha na África contra os mouros: "Devo dizer a Vossa Majestade que entre pressa e diligência há grande diferença. O diligente não perde a oportunidade e o apressado não espera por ela".

Na defesa da manutenção do atual regime, Aureliano Chaves explica que, nos últimos anos, o sistema de governo foi confundido com "exacerbação dos poderes do Executivo".

Integridade
"Como nos Estados Unidos — acrescenta — temos de estruturar o Legislativo para que funcione como co-responsável pela atividade governamental, deixando de ter uma atividade apenas adjetiva, e dar ao Judiciário o indispensável poder que merece, consolidado o respeito que devemos ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo sempre foi o maior exemplo da austeridade republicana, e a integridade de suas atribuições tem de ser preservadas.

Sobre o debate constitucional, no que diz respeito à iniciativa privada e à tutela do Estado, Aureliano Chaves acha que se o Brasil optou pela prevalência da iniciativa privada deve "evitar a exacerbação do Poder Público na atividade econômica", restringindo-se aos setores em que "a presença do Estado resguarda os superiores interesses da Nação". Segundo ele, esses setores são o do petróleo, com a preservação do monopólio estatal, o da energia, o das telecomunicações e o mineral, este último sem exclusividade.

"Por outro lado, tem de ser evitado o gigantismo camuflado das empresas estatais, vale dizer, evitar que simples resoluções dos conselhos administrativos dessas empresas sejam suficientes para garantir a criação de subsidiárias. A constituição de subsidiárias só deve ser aprovada através de lei que tramite no Congresso Nacional".

Quanto à atividade mineral — questão também em discussão na Constituinte — o ministro das Minas e Energia considera que ela é tão competitiva no mundo de hoje, que o cuidado com a tributação incidente é fundamental.

Investidores vão recuar, diz José Hugo

Belo Horizonte — O ministro da Indústria e do Comércio José Hugo Castelo Branco, advertiu ontem que a implantação do parlamentarismo certamente afastará investimentos em novos projetos empresariais no País até que o novo regime se consolide. Segundo ele, nenhum investidor, nacional ou estrangeiro, aplicará recursos financeiros no Brasil sem ter a certeza da consolidação do novo regime de governo.

Acho uma ameaça extraordinariamente grave a instituição, agora, do parlamentarismo. Precisamos de novos investimentos, que já estão paralisados, em razão das discussões pelos constituintes, sobre mudança do sistema de governo", disse o ministro.

Em veemente defesa do presidencialismo, Castelo Branco afirmou estar convicto de que a mudança de regime "vai afundar este País". Segundo ele, o Brasil não tem estrutura administrativa para suportar uma queda de Gabinete, o que ocorre com frequência no parlamentarismo. "Haverá um vácuo de poder, por não se saber quantos meses, e de consequências imprevisíveis", explicou o ministro.

Castelo Branco argumentou ainda, em defesa do presidencialismo, a falta de partidos de linhas ideológicas definidas. Citou o exemplo do PMDB, indagando: "Se o PMDB for chamado para o Governo, qual das correntes vai exercer o poder? O PMDB do dr. Ulysses Guimarães ou do dr. Mário Covas".



Richa (C) discutiu a emenda com Medeiros, Cabral, Arinos, Covas e Egydio (de costas)

Parlamentaristas já aceitam fórmula gradual e 6 anos

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) apresentou ontem a Comissão de Parlamentarismo a emenda que deverá ser negociada no Palácio do Planalto pelos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), José Richa (PMDB-PR), e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). A emenda cria uma fórmula gradual para a instalação do parlamentarismo puro, que só aconteceria na posse do sucessor do presidente José Sarney, — que passa a ter seis anos de mandato — em 15 de março de 1990.

A emenda foi bem recebida na reunião de ontem a tarde do grupo parlamentar no gabinete da liderança do PMDB na Constituinte. Estiveram presentes o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o líder Mário Covas, além de Richa, Arinos e Cid Carvalho.

O senador José Richa afirma que a intenção da emenda é garantir na Sistematização a aprovação do texto do anteprojeto que prevê o parlamentarismo puro. Nas disposições transitórias, no entanto, são incluídos quatro artigos que garantem a instalação gradual do novo sistema de governo.

No primeiro artigo fica estabelecido que o Presidente da República, após a promulgação da

Constituição — sem data marcada — nomeará o primeiro-ministro e o respectivo Conselho de Ministros. Cabe ao Presidente delegar os poderes e as atribuições que julgar conveniente para as atividades de seu Governo. No primeiro ano, o Presidente poderá exonerar o primeiro-ministro sem aprovação da Câmara dos Deputados, que também não tem poderes para aprovar moção de censura.

Só depois de seis meses do exercício do Governo, na legislatura de 1989 — o Congresso Nacional poderá destituir o primeiro-ministro. Para isso é necessário o apoio de 2/3 da Casa e o veto não implica na demissão do Conselho de Ministros.

Apenas no último ano de governo, o presidente José Sarney que passa a ter mandato de seis anos, nomeia um primeiro-ministro para exercer a chefia do Governo. Nessa nova etapa o Congresso Nacional tem poderes para vetar o nome escolhido, com a desaprovação de 2/3 da Casa. Essa fase, já é considerada pelos parlamentaristas como o final da transição. Advertem no entanto, que ela só será concluída no dia 15 de novembro, quando serão realizadas as eleições presidenciais e para o Congresso Nacional.

Sarney aponta manobra para minar poder

O presidente Sarney disse ontem ao deputado Aleni Guerra (PFL-PR) estar convicto de que a instituição do parlamentarismo no País sem as duas principais características do sistema — possibilidade de dissolução do Congresso e voto distrital puro —, como consta do substitutivo do relator Bernardo Cabral, não passa mesmo de uma tentativa de enfraquecer seu poder e encurtar o seu mandato. Sarney garantiu a Aleni que o Palácio do Planalto patrocinará uma emenda presidencialista que atenderá os anseios dos constituintes.

Aleni foi recebido por Sarney ontem por constar da lista de pefelistas simpatizantes do parlamentarismo, e confirmou sua convicção de que o sistema presidencialista tem se mostrado suscetível a crises. O parlamentar informou que Sarney não lhe fez nenhum pedido, limitando-se a repetir — como tem feito a outros políticos — que considera o parlamentarismo uma "ótima" forma de governo, mas apenas quando implantado dentro das "condições clássicas", acrescentando ainda que não considera o momento político atual conveniente para a mudança.

Obstáculos

Apesar de sua disposição em votar a favor do parlamentarismo, Aleni admitiu que há três obstáculos e enfrentar: rejeição das bases por essa forma de governo; associação com o processo que antecedeu a eleição indireta de janeiro de 1985, "corrupto e corruptor"; e finalmente a questão do voto distrital, associado sempre ao parlamentarismo e que fortalecerá a influência do poder econômico nas eleições.

Em relação à ação da liderança de seu partido para reverter possíveis tendências parlamentaristas, Aleni revelou que ele se faz por intermédio de cobranças. Ele relatou que foi cobrado pelo líder José Lourenço pelo fato de haver indicado um correligionário seu, Joaquim dos Santos Filho, para a diretoria de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal.

Contra os marajás

O deputado Afif Domingos (PL-SP) já recolheu mais de 190 assinaturas, das 280 necessárias, para a apresentação à Constituinte de seu projeto de decisão contra os chamados "marajás" do serviço público. Até quarta-feira próxima ele espera colher 300 assinaturas, quando então apresentará a proposta. O projeto determina à União, aos estados e municípios encaminhar à Assembléia Nacional Constituinte relação da remuneração paga a servidores públicos.

Pelo monopólio

No último dia para discussão de emendas populares na Comissão de Sistematização, a Federação Nacional das Telecomunicações (Fenatel) defendeu o monopólio estatal no setor, como forma de garantir a eficiência dos serviços concernentes à população. Com cerca de 100 mil assinaturas, a emenda foi defendida em plenário pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Gomes.

Golbery faz exames

O ex-ministro Golbery do Couto e Silva deverá submeter-se a novos exames médicos no Hospital Sirio-Libanês, em São Paulo, nas próximas horas, mas — segundo um funcionário do hospital — serão exames de rotina. O ex-ministro foi operado de tumores no intestino há pouco mais de um mês e agora volta ao hospital para dar continuidade ao tratamento. Após ter deixado o hospital, Golbery ficou descansando uma temporada num apartamento na Alameda Jaú, nos Jardins.

O deputado Bernardo Cabral já admite aceitar a emenda presidencialista, na condição de que sejam reforçados os poderes do Legislativo. Ontem, depois de conversar durante 40 minutos com o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, o relator da Comissão de Sistematização afirmou que tanto o presidencialismo quanto o parlamentarismo devem ser discutidos para que se chegue a um denominador comum no anteprojeto.



Representantes do Palácio do Planalto reúnem-se hoje com constituintes parlamentaristas em busca de um acordo quanto ao sistema de governo a ser adotado na nova Carta. A reunião de hoje dá continuidade ao encontro de ontem entre Cabral e Costa Couto. O relator só não admite discutir sobre a anistia: "A anistia que escrevi, vou manter", garantiu Cabral.

"Posso aceitar", disse Cabral, ao ser indagado se acataria uma proposta presidencialista, afirmando ainda que pode "aceitar também a outra proposta de parlamentarismo, porque uma coisa é receber a emenda (presidencialista) pura e simples e outra é receber uma proposta de consenso que evite o confronto".

Indagado se o voto de desconfiança atingiria os ministérios militares, Cabral afirmou que o chefe do Gabinete Civil "não fez nenhuma ressalva".

Antes de conversar com Costa Couto, Bernardo Cabral esteve com o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI. O general se reuniu também, em seu gabinete, com o líder do Governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o Consultor-geral da República, Saulo Ramos, e Costa Couto.

Líder acena com negociação

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), admitiu ontem negociar a emenda Theodoro Mendes, que prevê o presidencialismo com o Congresso forte, com os demais grupos na Constituinte. A seu ver, antes da votação da matéria poderá haver uma composição entre as várias propostas sobre sistema de Governo: presidencialismo, parlamentarismo ou regime misto.

"No processo parlamentar a negociação é sempre uma possibilidade, mas face à colocação do parlamentarismo puro no anteprojeto e as reiteradas declarações do relator, deputado Bernardo Cabral, de que ele vai permanecer, o nosso grupo através do deputado Theodoro Mendes tinha que apresentar uma emenda de um presidencialismo moderno", explicou o líder sobre a origem da emenda patrocinada pelo Palácio do Planalto.

Segundo Carlos Sant'Anna, o Governo conta com amplo apoio dentro do PMDB e do PFL para aprovar a emenda Theodoro Mendes, mas admitiu que existem os parlamentaristas históricos que deverão dificultar o voto. Ele identificou ainda um grupo de deputados e senadores que é contra o presidencialismo não por convicção pessoal, mas porque é anti-Sarney.

Para o líder, a apresentação da emenda Theodoro Mendes foi uma reação à proposta de parlamentarismo puro que ele acreditava já ser matéria vencida na Constituinte. "Como houve uma radicalização pelo parlamentarismo puro, nós tivemos que apresentar uma emenda presidencialista", informou Carlos Sant'Anna.

Covas
Já o líder do PMDB na Cons-

Iniciativa
Esta é a primeira vez que o relator da Constituinte vai ao Palácio do Planalto para discutir o substitutivo. A conversa foi iniciativa do ministro Costa Couto, que na última quarta-feira convidou Cabral para "tomar um café" no Gabinete Civil.

Durante a conversa, Bernardo Cabral pediu a Costa Couto que o Governo colocasse "tudo no papel, mostrando como quer o fortalecimento do Congresso". "Agora" — disse —, "vou pedir o mesmo aos parlamentaristas. Com estes dois documentos em mãos, podemos alterar o anteprojeto".

Informou Cabral que Costa Couto citou alguns pontos da proposta governamental de fortalecimento do Legislativo. Entre estes pontos, o chefe do Gabinete Civil apontou o controle e fiscalização do orçamento da União pelo Congresso, o voto de desconfiança aos ministros e a fiscalização dos empréstimos externos.

Indagado se o voto de desconfiança atingiria os ministérios militares, Cabral afirmou que o chefe do Gabinete Civil "não fez nenhuma ressalva".

Antes de conversar com Costa Couto, Bernardo Cabral esteve com o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI. O general se reuniu também, em seu gabinete, com o líder do Governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o Consultor-geral da República, Saulo Ramos, e Costa Couto.



Sant'Anna explica emenda

tituente, senador Mário Covas (SP), acredita que a definição do sistema do Governo como a fixação do mandato do presidente José Sarney, somente serão definidos pelo voto em plenário. Ele admitiu também que a tese do presidencialismo ganhou força nestas últimas semanas porque os constituintes que eram a favor deste sistema passaram a defendê-lo publicamente. Mário Covas destacou, no entanto, que dentro do PMDB e da Constituinte o número de adeptos do parlamentarismo ainda é maior do que o do presidencialismo.

Indagado se é correta a pesquisa do líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, dando conta que entre os peemedebistas o parlamentarismo ganha na proporção de dois por um, Mário Covas disse que não fez um levantamento objetivo sobre o assunto, mas que pelas conversas que manteve os seus cálculos também são estes.

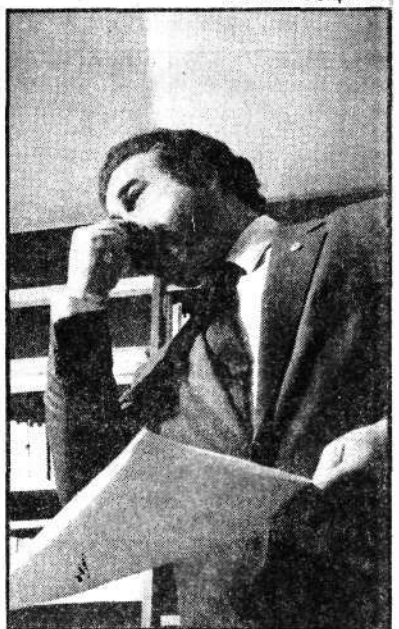
Planalto divulga sua proposta

Durante entrevista coletiva, convocada pela liderança do Governo na Câmara e pelo secretário de Imprensa e divulgação do Palácio do Planalto, Getúlio Bittencourt, o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) divulgou sua emenda que defende o presidencialismo. O Constituinte negou que a emenda «seja a do Governo», mas admitiu que teve contatos com o líder Carlos Sant'Anna, que antecedeu na quinta-feira a entrega da proposta que satisfaz ao presidente Sarney.

Apesar da negativa de Theodoro Mendes, o líder do Governo afirma que a emenda subscrita pelo constituinte é resultado de consultas e negociações com diversas correntes políticas. Nos últimos dias, Theodoro Mendes compareceu diversas vezes ao gabinete da liderança, que também foi muito frequentado pelo subchefe do Gabinete Civil do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves.

Antes das negociações, Mendes tinha uma emenda de sua autoria que preconizava o presidencialismo ortodoxo. Agora, depois das alterações, persiste o presidencialismo clássico com o fortalecimento do Congresso Nacional que passa a ter poderes do sistema parlamentaristas. Os principais pontos da emenda são os seguintes:

- O presidente da República é o chefe do Governo, do Estado e comandante supremo das Forças Armadas;
- A nomeação de ministros de Estado é competência exclusiva do Presidente da República;
- São devolvidas as prerrogativas do Congresso Nacional que passa a dispor todas as matérias de competência da União e do Distrito Federal;
- O Presidente da República pode enviar projetos de lei para a apreciação do Congresso Nacional;
- O Congresso examina e fiscaliza a execução orçamentária do programa de Governo;
- É prevista a moção de censura contra ministros de Estados — exceto aos ministros militares e o do Gabinete Civil — para a aprovação da moção é necessário o apoio da maioria absoluta do Congresso Nacional. O Presidente da República poderá vetar a moção. Nesse caso, o Congresso necessita



Theodoro diz que emenda é sua

do voto de dois terços dos parlamentares para prevalecer a moção. Não é permitida a censura coletiva ao Gabinete.

• A subseção I do Poder de Reforma permite emendas a futura Constituição, que poderá ser proposta por dois quintos da Câmara e do Senado, pelo Presidente da República, ou por dois terços das Assembleias Legislativas.

• É mantido o decreto-lei. O presidente poderá expedir decretos-lei em casos de extrema necessidade em relação a temas como tributação e situações de crise (medidas de defesa de Estado). Não existe mais o decurso de prazo para os decretos.

• Os ministros de Estado poderão comparecer ao Congresso Nacional sem prévia convocação. A eles será reconhecido o direito de tomar parte nos debates, desde que esteja envolvida matéria da área de sua competência;

• É mantido o Conselho de Defesa Nacional, formado pelos presidente e vice-presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado Federal, presidente do Supremo Tribunal Federal, e todos os ministros de Estado.

Krenak, de luto, faz defesa dos indígenas

O índio Ailton Krenak, ao defender ontem no plenário da Comissão de Sistematização a emenda popular das populações indígenas, afirmou que o seu gesto de pintar o rosto de preto era em sinal de luto e de protesto contra a campanha que segundo ele vem sendo desenvolvida pelo jornal O Estado de S. Paulo, envolvendo questões de mineração nas terras indígenas, e contra o que considera retrocesso sobre os pontos defendidos pelos índios constante do anteprojeto do relator, deputado Bernardo Cabral, em relação ao trabalho desenvolvido na Comissão da Ordem Social.

"Os senhores sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar nos destinos do Brasil. Somos talvez a parcela mais frágil desse grande jogo de interesses", disse Krenak enquanto se pintava. "Espero não agredir, com essa minha manifestação, o protocolo dessa Casa. Mas a partir dela os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão ao nosso povo", ressaltou.

Krenak explicou que o seu protesto era uma maneira de alertar os constituintes para a necessidade de se reconhecer na nova Carta os direitos originários dos índios às terras que habitam, acatando os seus valores e tradições culturais com um patrimônio da Nação e abrindo uma perspectiva de futuro hoje inexistente para os povos indígenas. Disse que o protesto servia ainda para alertar os constituintes sobre a campanha difamatória que vem sendo desenvolvida pela Imprensa: "Diante da nossa dificuldade em interferir nesse processo, inclusive por não termos dinheiro para sustentar uma campanha de mídia como esta, esperamos que o nosso silêncio e o nosso luto sirvam para acordar os constituintes".

Solidariedade
Cerca de 17 parlamentares acompanharam em absoluto silêncio a manifestação de protesto de Krenak que, ao final, foi aplaudido de pé e recebeu apertes de solidariedade dos líderes do PT, PDT, PC do



Krenak protesta em plenário

B e dos deputados José Carlos Sabóia (PMDB-MA) e Rose de Freitas (PMDB-RJ). Sabóia ressaltou que se a Constituinte não for capaz de reconhecer o direito dos índios à terra, ela não reconhecerá o direito à vida dessas populações. O deputado Aleni Guerra (PFL-PR), que presidia a sessão, disse receber com muito respeito o protesto de Krenak e se aliava às palavras dos apertantes na solidariedade à causa indígena.

A emenda das populações indígenas, subscrita por 40 mil pessoas, defende, entre outras coisas, o reconhecimento do Brasil como País pluriétnico, a demarcação em cinco anos das terras indígenas conhecidas, a posse permanente pelos índios das riquezas do solo e do subsolo em suas terras e a exclusividade para a União na exploração de minérios em terras indígenas, ouvidos o Congresso Nacional e grupo de índios envolvidos.